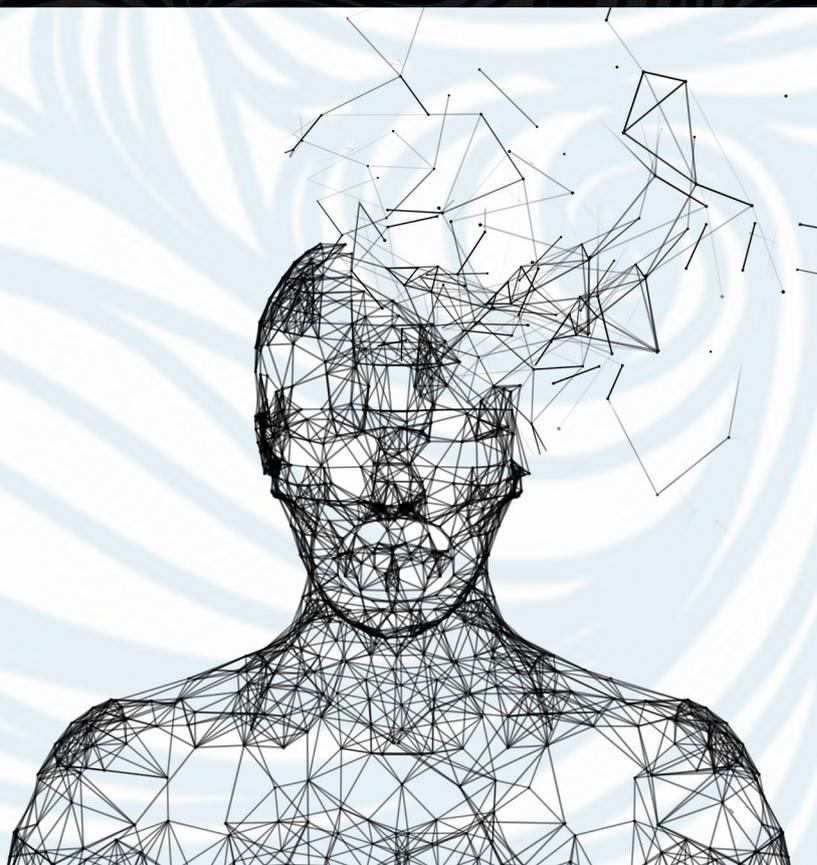


**Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)**

**Filosofia  
Política,  
Educação,  
Direito e  
Sociedade**

**Atena**  
Editora  
Ano 2019



Solange Aparecida de Souza Monteiro  
(Organizadora)

Filosofia, Política, Educação, Direito e  
Sociedade

Atena Editora  
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Diagramação e Edição de Arte:** Geraldo Alves e Natália Sandrini

**Revisão:** Os autores

### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

F488 Filosofia, política, educação, direito e sociedade [recurso eletrônico] /  
Organizadora Solange Aparecida de Souza Monteiro. – Ponta  
Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (Filosofia, Política, Educação,  
Direito e Sociedade; v. 1)

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia.  
ISBN 978-85-7247-094-0  
DOI 10.22533/at.ed.940190402

1. Ciências sociais. 2. Direito. 3. Educação. 4. Filosofia. 5. Política.  
6. Sociedade. I. Monteiro, Solange Aparecida de Souza. II. Série.  
CDD 300.5

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de  
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos  
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

A ideia do livro é o de aprofundar os estudos sobre FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade deriva, a princípio, de reconhecer nos direitos humanos, a partir da dignidade da pessoa humana, como afirma Hinkelammert (2014), condição insubstituível para que a sociedade seja vivível e, também, por compreender os saberes como essenciais para uma formação humana capaz de entender, questionar, desvelar e tentar mudar a realidade de injustiças que vivemos.

A EDH tornou-se experiência concreta inicial no Brasil nas décadas de 70 e 80 como instrumento utilizado, a princípio, pela Comissão de Justiça e Paz (CJP) e os movimentos sociais, contra a lógica arbitrária de violação aos direitos humanos vivenciados durante a ditadura militar (1964-1985). Neste período, como indica Genevois (2007), era cogente a implementação de um projeto de formação e vivência dos direitos humanos que pudesse construir consciência e mobilizar a luta em defesa desses direitos acachapados pela ação do militarismo que se implantou no poder. O que motivou o movimento de elaboração da EDH em âmbito popular foi a necessidade de construir junto às vítimas conhecimento sobre os direitos humanos e a maneira de reivindicá-los. Esse livro foi operacionalizado por meio de artigos e seus autores que procuram dar ênfase naqueles que não tinham voz: [...] os pobres, os presos, os excluídos, humilhados e discriminados em geral.

Contudo, a preocupação em torno de constituir uma educação voltada para os Direitos Humanos, considerando a importância do processo educacional na promoção da dignidade humana e garantia dos direitos humanos, tornou-se um movimento de proporções internacionais quando em 1993, na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), foi lançada a Década das Nações Unidas para a Educação em Matéria de Direitos Humanos (1995-2004). Em seguida, no ano de 2005, com vista à necessidade de manter um marco mundial para a EDH posteriormente à Década, foi proclamado pela ONU o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (PMEDH), o qual apresenta contribuições e orientações para a construção de programas educacionais nacionais que fossem baseados no respeito aos direitos humanos, sendo ele ratificado pelo Estado brasileiro. Inserido nesse movimento de desenvolvimento da EDH, o Estado brasileiro organizou a Política Nacional de EDH, criando em 2003 o Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos (CNEDH), responsável por elaborar o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), concluído em 2006. O PNEDH juntamente com as Diretrizes Nacionais de Educação em Direitos Humanos (2012) são atualmente os principais documentos que inserem e organizam a EDH nos sistemas educacionais brasileiros. O PNEDH apresenta linhas gerais de ação em cinco eixos de atuação: (1) educação básica; (2) educação superior; (3) educação não-formal; (4) educação dos profissionais do sistema de justiça e segurança e (5) educação e mídia.

Diante desse contexto a ONU consolidou um conceito de EDH a qual espera

que seja parâmetro de conceito nos países membro: A educação em direitos humanos pode ser definida como um conjunto de atividades de educação, de capacitação e de propagação de informação, orientadas para criar uma cultura universal de direitos humanos. Uma educação integral em direitos humanos não somente proporciona conhecimentos sobre os direitos humanos e os mecanismos para protegê-los, mas que, além disso, transmite as competências necessárias para promover, defender e aplicar os direitos humanos na vida cotidiana. A educação em direitos humanos promove as atitudes e o comportamento necessários para que os direitos humanos de todos os membros da sociedade sejam respeitados. (ONU, 2012, p.3).

Neste sentido, a formação de uma cultura de direitos humanos apresenta-se como o principal objetivo da EDH e está bem identificada na produção teórica nacional. Benevides (2000, p. 1) indica a EDH como formação de uma cultura de respeito à dignidade humana, promovido através da vivência dos valores [...] da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz e que deve impactar o educando para a apreensão de valores, sob os aspectos racionais e emocionais, devendo transformar-se em prática na vida das pessoas.

A EDH se apresentaria como um importante dispositivo que, por meio da educação escolar, seria capaz de fomentar uma cultura de respeito aos direitos humanos efetivos para a vida humana. Além de que, a educação está duplamente inserida na envergadura dos direitos necessários à pessoa humana, ou seja, a educação é uma categoria de direito humano fundamental para o desenvolvimento da vida e, ao mesmo tempo, pode permitir a realização de outros direitos sociais, políticos e civis na sociedade, portanto, pode ser entendida como eixo articulador dos direitos humanos, caminhando numa relação dialética ao longo de ambas as construções. Para Estêvão (2006, p. 91) [...] a educação constitui-se como um dos lugares naturais de aplicação, consolidação e expansão dos direitos humanos. Ela é uma arena de direitos e com direitos, cuja negação é notadamente perigosa para o princípio democrático da igualdade civil e política.

Portanto, os direitos humanos poderiam ser considerados o meio e o fim nos quais a EDH está engajada. Não obstante o plano normativo que orienta a política educacional sobre a EDH no Brasil esteja considerado com várias iniciativas que pretendem efetivar-se na educação básica, ou seja, de construir uma cultura de respeito aos direitos humanos, a realidade social está marcada por inúmeras violações dos direitos humanos essenciais para a vida. Mas, essa afirmação provoca questionar o que seriam os direitos humanos?

Fundamentado na formulação elaborada pela ONU é possível entender os direitos humanos conforme sua natureza, categorias e objetivos. Nestes termos os direitos humanos são aqueles inerentes a todos os seres humanos, independente de raça, nacionalidade, religião ou qualquer outra condição, incluindo o direito à vida, liberdade, trabalho, educação e muitos outros, os quais devem ser promovidos e garantidos contra ações que interferem na efetivação da dignidade humana (ONU,

1948). A produção teórica sobre o tema, sobretudo a literatura jurídica, segue esta mesma linha de formulação sobre os direitos humanos. Comparato (2013, p. 71) elabora o discurso em torno da definição dos direitos humanos ressaltando que se trata de algo [...] inerente à própria condição humana, sem ligação com particularidades determinadas de indivíduos ou grupos, e segue problematizando como reconhecer a [...] vigência efetiva desses direitos no meio social. Portanto, seriam os direitos que visariam garantir a vida e a dignidade humana de todas as pessoas, e devem ser protegidos e exigíveis pela lei. Trata-se de direito de estar vivo e ter condições de viver, de alimentar-se, de ter onde morar, de trabalhar e receber justamente pelo trabalho, de ter educação, saúde, de poder votar e ser votado, de escolher sua religião, entre outros que estão descritos na DUDH e, reiterados no Estado Brasileiro por meio da Constituição Federal (CF-88). Entretanto, analisando na perspectiva dialética, essa compreensão torna-se discrepante ao confrontá-la com a realidade marcada cotidianamente por violações aos direitos humanos que geram exclusões. Ora, se os direitos humanos se apresentam como instrumento para garantir a vida humana, se inclusive são salvaguardados por um sistema normativo de proteção internacional e nacional, por que ainda há tantas violações a esses direitos? Todas as pessoas são realmente titulares desses direitos?

Um autor que permite identificar com maior rigorismo estes conflitos é Hinkelammert, que a partir de uma abordagem histórico dialética, argumenta que diante de tanta violação seria necessário conhecer e problematizar as bases dos direitos humanos na sociedade para compreender quais seriam as reais causas de violação, o que permitiria um enfrentamento mais efetivo. Com base na compreensão teórica de Hinkelammert (2014), que insiste na historicidade dos conflitos sociais sob os quais se constituem as concepções de mundo, neste caso, no contexto da nova fase da exploração capitalista, pode-se supor que as mudanças da estratégia de dominação, sob a globalização neoliberal, modificam profundamente a compreensão dos direitos humanos, sem negá-los. Reivindicam-se direitos humanos, sob as regras do mercado.

A organização econômica teria, segundo esse autor, a capacidade de influenciar e de modificar as concepções e modo de compreender esses direitos, impactando na política e na normatização (HINKELAMMERT, 2014). A relação de mútua influência entre as condições da realidade econômica e as formas de pensar permite compreender melhor a dinâmica de elaboração dos fundamentos dos direitos humanos e da educação em direitos humanos em diversas possibilidades. Entre estas, explicita a disputa das classes e grupos sociais na configuração da EDH, na ação por vezes de colaboração, por vezes de conflito entre movimentos sociais e dos gestores públicos que elaboram as normativas. Outra dinâmica é a tensão da contradição entre a importância do debate público para a elaboração da lei por um lado e, por outro, o importante papel que a norma desempenha na elaboração dos fundamentos teóricos.

Ainda, essa relação consentiria perceber que, paradoxalmente, quanto mais se avança institucionalmente na normatização da EDH, o avanço da ideologia neoliberal

e da estratégia da globalização promoveria um deslocamento no modo pelo qual a sociedade compreende os direitos humanos e isso poderia impactar substancialmente a forma de construção normativa e, conseqüentemente a atuação na EDH. Por isso, seria necessário, conforme propõe Hinkelammert (2014) pensar as bases que fundamentam as concepções de direitos humanos, tendo como horizonte de reflexão a visão constituída após os marcos econômicos da modernidade, em especial, nas implicações da ideologia neoliberal.

Problematizar a EDH, a partir dos direitos humanos que a fundamentam, permitiria compreender se há diferentes formas de concebê-la. Portanto parece imprescindível aprofundar, de forma crítica, a discussão sobre as concepções de direitos humanos.

Para refletir sobre a efetividade dos direitos humanos parecem ser importantes os questionamentos e a problematização decorrentes das formulações emancipatórias e da realidade concreta. Percebê-los através das lutas travadas evita que a análise se limite à perspectiva idealista, como se a mera normatização e retórica, fossem suficientes para a garantia da dignidade humana. Hinkelammert (2014) sugere que a problematização dos direitos humanos ocorra a partir de sua base na sociedade, pois, ir mais além nos permitiria perceber como os direitos humanos, tal como estão atualmente presentes na normativa internacional e nacional, tiveram seu sentido teórico e ideológico modificado. Essas mudanças permitiriam que os direitos humanos fossem concebidos, sobretudo em sintonia com a interpretação dada pelo mercado. Em decorrência disso as violações e suas alternativas de superação parecem estar banalizadas, constrói-se um conceito de direitos humanos aceitando que muitos seres humanos estejam às margens da sua titularidade. Partimos da concepção de que os direitos humanos são aqueles direitos que o sujeito corporal e necessitado possui para a realização da vida humana (HINKELAMMERT, 2002). Contudo, a abstração e a aplicação desses direitos muitas vezes são instrumentos para a violação do próprio sujeito. Essa possibilidade de inversão é analisada por Hinkelammert (2002) como sendo a inversão do sentido dos direitos humanos teorizada por John Locke no século XVII, como mecanismo legitimador das práticas econômicas inglesas pautadas na escravidão africana e exploração de terras indígenas na América. Ao inverter o sentido dos direitos humanos, Locke transformou a vítima em culpado. Atualmente, a lógica da inversão dos direitos humanos e o esvaziamento do sentido dos direitos humanos (HINKELAMMERT, 2016) decorrem da estratégia de globalização capitalista, marcada pela supremacia das instituições de mercado sobre a vida das pessoas, onde os direitos das instituições mercantis impõem-se sobre os direitos essenciais à vida do ser humano.

Os artigos que compõe esta coletânea evidencia que os principais autores que têm se dedicado à discussão da FPEDE – Filosofia Política, Educação, Direito e Sociedade EDH com as abordagens adotadas não incorporam a crítica, minimamente, em sintonia com as categorias apresentadas por Hinkelammert (2002, 2010, 2014, 2016).

Nessa perspectiva, o presente livro objetiva investigar **DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**, das autoras de Evanir dos Santos e Renata Souza de Lima, no artigo busca elucidar a importância da Educação em Direitos Humanos na perspectiva da educação infantil. O interesse pela temática surgiu após a participação no projeto de extensão O ECA Itinerante no ambiente Escolar: Uma introdução formativa para crianças e adolescentes em Direitos Humanos Fundamentais, que esteve em vigor durante os anos de 2016 e 2017. No artigo, **A SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS**, os autores, Solange Aparecida de Souza Monteiro, Gabriella Rossetti Ferreira, Paulo Rennes de Marçal Ribeiro, buscaram análise por meio de documentação, dos conteúdos aplicados em cursos a distância com momentos presenciais, de formação de professores na área da sexualidade, verificando como estes foram elaborados e implementados.

**DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM** das autoras Isadora Ramos Klein e Tailan Borges, procura entender o processo ao longo da história da criação das leis de defesa aos animais e de como eram e são tratados até os dias de hoje pelo homem. Passando por pensamentos de diferentes filósofos, teremos uma análise mais clara e ampla da evolução de tal processo. No artigo **DIREITO A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE** os autores Yossonale Viana Alves e Márcio Adriano de Azevedo, investigam sobre o Estatuto da Juventude é um dos dispositivos legais do Brasil que regula a educação básica, descrevendo que essa é obrigatória e deve ser oferecida gratuitamente a todos os jovens, inclusive para aqueles que não tiveram acesso à educação, na idade adequada, conforme ditames da Constituição Federal de 1988 e da Lei n.º 9.394, 20 de dezembro de 1996. Desse modo, objetiva-se analisar o Estatuto da Juventude como instrumento jurídico regulamentador das garantias de direitos constitucionais aos jovens, de forma articulada com os indicadores educacionais oficiais, que analisam a inserção ou não desses sujeitos nos processos educativos de formação profissional, o autor procura-se analisar o **DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO**, esquecimento como limitação à liberdade de expressão em face do direito de intimidade do respeito permitiu-nos investigar sobre a dignidade da pessoa humana tutelada pelos princípios constitucionais. A vida privada da pessoa, sua privacidade e intimidade são asseguradas pela Carta Magna. No artigo **FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA**, as autoras Daniela Fernandes Rodrigues e Farbênia Kátia Santos de Moura abordam que vivenciamos um período permeado por discursos e reflexões no cenário educacional que trazem para o cerne da discussão a formação docente, investigar a prática pedagógica com ênfase na Formação Humana e Afetividade das professoras. No artigo **FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO**, das autoras Cândida Ivi Marcovich de Araújo, Carla Cristie de França e Denise Fetter Mold, o artigo tem como proposta possibilitar

a reflexão e contribuir com a formação continuada docente no ensino regular, no que se refere à inclusão escolar. A pesquisa teve como intuito, evidenciar a importância da formação continuada, bem como dos Serviços de Apoio no cotidiano docente escolar inclusivo.

**FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA**, da autora Ana Claudia Tenor O objetivo deste Estudo foi Identificar a Demanda Fonoaudiológica das Escolas De Educação Infantil.

**FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICIDADES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA?** de autoria de Juliana Lima da Silva, apresenta parte do que foi desenvolvido em sua pesquisa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com o objetivo de compreender como acontece a formação inicial para professores do curso presencial de Pedagogia da UFJF no que se refere aos saberes/fazer para atuar com a faixa etária de 0 a 3 anos. De que modo esta formação contribui para a prática de futuros professores que atuarão nas creches? No artigo a

**FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**, das autores Patrícia Larisse Alves de Sousa e Anderson Ibsen Lopes de Souza, o objetivo deste estudo foi relatar a experiência docente na disciplina “Metodologias aplicadas à educação ambiental” do curso *Convivência com o semiárido*, abordando as práticas pedagógicas adotadas, a transversalidade, os projetos interdisciplinares e a potencialidade dessa experiência para a atividade curricular docente. No artigo

**GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES**, dos autores Márcio Barreto da Silva, Ludmila Bernardo de oliveira, Valéria Kamilla Gurgel Jales, Francisco Ferreira da Silva, que busca discutir sobre o processo de urbanização como fator condicionante a saúde e/ou hábitos de vida de escolares. Revisão bibliográfica a partir de bibliotecas virtuais. No artigo

**HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS**, dos autores Simone Ribeiro, Dileno Dustan Lucas de Souza, Darieli Daltrozo Ilha, Neste artigo os autores buscam trazer reflexões produzidas pelo grupo de pesquisa ECUS- Educação, Culturas e Sustentabilidade/UFJF no contexto de implementação de projetos de pesquisa e extensão e , ao longo do texto, abordamos aspectos históricos, teórico-metodológicos e procedimentos práticos no uso da metodologia da História Oral. No artigo

**IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UF**, os autores QUIRINO, R da. Heveline Ribeiro, CAVALCANTE, Sueli Maria de Araújo CORREA e Denise Maria Moreira Chagas, procuram identificar os Fatores Críticos de Sucesso (FCS) da gestão da aprendizagem no ensino à distância na visão dos tutores da Universidade Federal do Ceará Virtual do curso de Administração. No artigo

**IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO**

**ESPELHO DAS BRASILEIRAS (1831)**, as autoras Mônica Vasconcelos e Marcília Rosa Periotto, buscam identificar as contribuições para a constituição e elevação da figura feminina no contexto de desenvolvimento social e material do Brasil na segunda metade do século XIX. No artigo **INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA**, os autores Fabio Caires de Oliveira e Maurivan Barros Pereira Buscam identificar relações entre as concepções de ensino, aprendizagem e tecnologias digitais (TD), presente nas propostas de pesquisa encaminhadas ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ensino de Ciências e Matemática (PPGECM) da Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT e suas possíveis influências e implicações para a prática docente. No artigo **INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES**, as autoras LIMA, Erika Aparecida de Paula Silva e PINHEIRO, Bárbara Carine Soares, analisa o diálogo entre a Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) e a prática dos docentes de Ciências do IFBA. Foi levantado o material bibliográfico desde o Liceu de Artes e Ofícios em 1872 até o atual Instituto Federal da Bahia, que nasceu com a perspectiva de mudança do perfil da Educação Profissional da Rede Federal com a Lei nº 11.892/08. No artigo **INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS**, as autoras Agatha Leticia Eugênio da Luz e Ana D’Arc Martins Azevedo

Buscam evidenciar o currículo na perspectiva antirracista em que contextualiza historicamente sobre mulheres negras, que contribuíram/contribuem com a militância e emancipação da identidade negra, viabilizando um conhecimento de histórias negadas, silenciadas e excluídas do contexto educacional, mas que repercute cotidianamente na sociedade brasileira, em forma de racismo, sexismo e discriminação. No artigo **LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?** O autor Arlei de Espíndola, procura analisar o livro *o contrato social*, publicado por Rousseau em Paris em abril de 1762, ressalta que o trabalho que lhe notabiliza no campo do pensamento político, imprime uma forma abstrata, metafísica, que o filósofo põe-se a enfrentar o problema da relação entre liberdade e autoridade, essa uma questão bastante espinhosa que suscita polêmicas e controvérsias fazendo às vezes perder-se a orientação verdadeira de seu pensamento. No artigo **O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS**, as autoras, Riane Conceição Ferreira Freitas, Gilmar Pereira da Silva, Crisolita Gonçalves dos Santos Costa, Ana Maria Raiol da Costa, objetivam analisar os que os índices oficiais refletem sobre questão da escolarização e profissionalização de jovens que cumprem Medidas Socieducativas (MSE), conforme determinação do Estatuto da Criança e Adolescente – ECA e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, (Lei nº 12.594/2012), como meio de reorientar o indivíduo submetido a ela, de modo a oportunizar a reparação dos danos e

promoção de processos formativos-educacionais ao jovem que infligiu a lei. No artigo **O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Suzy Kamylla de Oliveira Menezes tem o intuito de analisar a relação do brincar com o desenvolvimento da criança na educação infantil. O estudo é baseado na teoria de Winnicott e resulta de pesquisa bibliográfica de natureza qualitativa. Dessa forma, essa análise enfatiza a necessidade de um ambiente que proporcione condições suficientes para que a criança se aproprie do brincar como expressão de um viver criativo, que traz como possibilidade a construção da própria subjetividade e a experiência de um desenvolvimento saudável. No artigo **O CONCEITO DE PRÁXIS EM ARISTÓTELES E MARX**: um estudo sobre a importância de aliar teoria e prática na formação dos trabalhadores da educação, da autora Andréia Carolina Severo Lima. Este artigo visa apresentar uma proposição teórica acerca da *práxis* como elemento vital na formação dos/as pedagogos/as que serão aqui chamados de trabalhadores da educação com ênfase na relação indissociável entre teoria e prática postulada pelo filósofo alemão Karl Marx. No artigo **O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA**, os autores Tayná Ceccon Martins, Rafael Bianchi Silva Buscam com este trabalho compreender a participação popular na democracia é entender o percurso histórico dessa forma de governo e como a liberdade e a ação política se relacionam no espaço público. No artigo **O DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE**, os autores Ieda Márcia Donati Linck, Leandro Renner de Moura, Fernanda Falconi Bastolla, o trabalho busca analisar o desenvolvimento da produção textual numa perspectiva interdisciplinar tendo como pano de fundo a proposta pedagógica do Proenem-Unicruz. Este programa institucional e social oferece a Cruz Alta – RS e região oportunidade de preparação de estudos para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) sob um horizonte articulatório, onde Redação, Língua Portuguesa e Literatura passam a fazer parte de uma mesma unidade originária, a unidade da linguagem. No artigo **O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL** da autora Luana Camila Gomes dos Santos o trabalho busca conscientizar os pais de que sua participação na educação dos filhos principalmente na educação infantil é de suma importância para o bom desenvolvimento e aprendizagem. No artigo **O ENSINO DE QUÍMICA NO 9º ANO DE ESCOLAS MUNICIPAIS DE JOÃO PESSOA SOB A ÓTICA DISCENTE**, o autor Amílcar Célio França Pessoa, busca investigar o ensino de Química no 9º ano de Escolas Municipais de João Pessoa e suas implicações na aprendizagem sob a ótica discente. No artigo **O ENSINO EM MATO GROSSO SEGUNDO O OLHAR DO PRESIDENTE DE ESTADO DOM AQUINO CORREA**, as autoras Emilene Fontes de Oliveira e Thalita Pavani Vargas de Castro, objetivo é mostrar as representações acerca do ensino em Mato Grosso e analisar o discurso de Estado referente às normas estabelecidas na Regulamentação da Instrução Pública de 1910 que previa inovação no que diz respeito

à expansão e ao método. No trabalho **O ESPAÇO RESERVADO AO LÚDICO NA ROTINA DE TRABALHOS EM UM CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, a autora Fabiana Aparecida Gomes apresenta uma investigação das dinâmicas em uma sala de aula de uma turma que atende crianças de três a quatro anos de idade em um CMEI-Centro Municipal de Educação Infantil na cidade de Palmas/TO a fim de perceber se o conceito espaço como recurso pedagógico está presente no cotidiano da prática educativa. No artigo **O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN**, os autores Patricia Paes Leme, e Diogo da Silva Roiz objetiva, a partir da análise das mudanças propostas no currículo resultante da aprovação da Lei nº 10.639/03, refletir sobre as possibilidades de transformações políticas e pedagógicas daí decorrentes. Para tanto nos ancoraremos na tipologia da consciência histórica criada pelo historiador e filósofo alemão, Jörn Rüsen e em seus conceitos de formação de sentido e de aprendizado histórico.

Solange Aparecida de Souza Monteiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SÃO PAULO.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
DIREITOS HUMANOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Evanir dos Santos	
Renata Souza de Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904021</b>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
SEXUALIDADE E SUAS ARTICULAÇÕES NO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM, A PARTIR DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Gabriella Rossetti Ferreira	
Paulo Rennes de Marçal Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904022</b>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>22</b>
DIREITOS DOS ANIMAIS: A INTERVENÇÃO DO HOMEM	
Isadora Ramos Klein	
Tailan Borges	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904023</b>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>26</b>
O DIREITO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA PARA OS JOVENS COM FULCRO NO ESTATUTO DA JUVENTUDE	
Yossonale Viana Alves	
Márcio Adriano de Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904024</b>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>41</b>
O DIREITO AO ESQUECIMENTO COMO LIMITAÇÃO À LIBERDADE DE EXPRESSÃO	
Aleff Schmid Da Luz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904025</b>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>56</b>
FORMAÇÃO HUMANA E AFETIVIDADE: ELEMENTOS CRUCIAIS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR E NA PRÁTICA PEDAGÓGICA	
Farbênia Kátia Santos de Moura	
Daniela Fernandes Rodrigues	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904026</b>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>67</b>
FORMAÇÃO DOCENTE: DESAFIOS DA INCLUSÃO	
Cândida Ivi Marcovich de Araújo	
Carla Cristie de França	
Denise Fetter Mold	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904027</b>	

**CAPÍTULO 8 ..... 72**

FORMAÇÃO CONTINUADA A PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONTRIBUIÇÕES DA FONOAUDIOLOGIA

Ana Claudia Tenor

DOI 10.22533/at.ed.9401904028

**CAPÍTULO 9 ..... 80**

FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES E A PRÁTICA NA CRECHE: QUE ESPAÇO SUAS ESPECIFICAÇÕES TÊM NOS CURSOS DE PEDAGOGIA?

Juliana Lima da Silva

DOI 10.22533/at.ed.9401904029

**CAPÍTULO 10 ..... 87**

FORMAÇÃO PARA DOCENTES: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A DISCIPLINA “METODOLOGIAS APLICADAS À EDUCAÇÃO AMBIENTAL” DO CURSO *CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO*

Patrícia Larisse Alves de Sousa

Anderson Ibsen Lopes de Souza

DOI 10.22533/at.ed.94019040210

**CAPÍTULO 11 ..... 98**

GLOBALIZAÇÃO: O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO COMO DETERMINANTE PARA OS HÁBITOS DE VIDA DE ESCOLARES

Márcio Barreto da Silva

Ludmila Bernardo de Oliveira

Valéria Kamilla Gurgel Jales

Francisco Ferreira da Silva

DOI 10.22533/at.ed.94019040211

**CAPÍTULO 12 ..... 109**

HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS

Simone Ribeiro

Dileno Dustan Lucas de Souza

Darieli Daltrozo Ilha

DOI 10.22533/at.ed.94019040212

**CAPÍTULO 13 ..... 117**

IDENTIFICAÇÃO DOS FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO NA GESTÃO DA APRENDIZAGEM NO ENSINO A DISTÂNCIA SOB A ÓTICA DOS TUTORES DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO NA UFC

Raimunda Heveline Ribeiro Quirino

Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Denise Maria Moreira Chagas Correa

DOI 10.22533/at.ed.94019040213

**CAPÍTULO 14 ..... 127**

IMAGENS E REPRESENTAÇÕES DA MULHER NO JORNAL PERNAMBUCANO *ESPELHO DAS BRASILEIRAS* (1831)

Mônica Vasconcelo

Marcília Rosa Periotto

DOI 10.22533/at.ed.94019040214

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>138</b>
INFLUÊNCIA DAS CONCEPÇÕES DOCENTES NA CONSTRUÇÃO DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS COM TECNOLOGIAS DIGITAIS NO ENSINO DE MATEMÁTICA	
Fabio Caires de Oliveira Maurivan Barros Pereira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040215</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>144</b>
INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA E A PEDAGOGIA HISTORICO CRITICA: UM DESAFIO E MUITAS POSSIBILIDADES	
Erika Aparecida de Paula Silva Lima Bárbara Carine Soares Pinheiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.9401904026</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>155</b>
INTENCIONALIDADE DO CURRÍCULO ANTIRRACISTA EM CONTEXTOS HISTÓRICOS DE MULHERES NEGRAS	
Agatha Leticia Eugênio da Luz Ana D’Arc Martins Azevedo	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040217</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>170</b>
LEITURAS CONTEMPORÂNEAS DE ROUSSEAU: CONSTANT, VAUGHAN, TALMON OU BERLIN: DE QUE LADO ESTARÁ O VERDADEIRO PENSAMENTO DO GENEBRINO?	
Arlei de Espíndola	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040218</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>187</b>
O “RETRATO” DA REALIDADE DE JOVENS ENCARCERADOS: O QUE REVELAM OS DADOS	
Riane Conceição Ferreira Freitas Gilmar Pereira da Silva Crisolita Gonçalves dos Santos Costa Ana Maria Raiol da Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040219</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>199</b>
O BRINCAR NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A LIBERDADE DE CRIAÇÃO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL	
Suzy Kamylla de Oliveira Menezes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040220</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>206</b>
O CONCEITO DE <i>PRÁXIS</i> EM ARISTÓTELES E MARX: UM ESTUDO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE ALIAR TEORIA E PRÁTICA NA FORMAÇÃO DOS TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO	
Andréia Carolina Severo Lima	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040221</b>	

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>217</b>
O CRAS COMO ESPAÇO PÚBLICO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA	
Tayná Ceccon Martins Rafael Bianchi Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>228</b>
DESENVOLVIMENTO DA COMPETÊNCIA LINGUÍSTICA SOB O HORIZONTE ARTICULATÓRIO DA INTERDISCIPLINARIDADE	
Ieda Márcia Donati Linck Leandro Renner de Moura Fernanda Falconi Bastolla	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>241</b>
O DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM DA CRIANÇA, ATRAVÉS DA FAMÍLIA E DA ESCOLA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.	
Luana Camila Gomes dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>252</b>
O ESTUDO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA E A FORMAÇÃO HISTÓRICA DE SENTIDO A PARTIR DA PERSPECTIVA DE JÖRN RÜSEN¹	
Patricia Paes Leme Diogo da Silva Roiz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.94019040225</b>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>263</b>

## HISTÓRIA ORAL: CONSTRUINDO CONHECIMENTOS E (RE)VENDO O MUNDO ATRAVÉS DE REMINISCÊNCIAS

### Simone Ribeiro

Universidade Federal de Juiz de Fora, Colégio de  
Aplicação João XXIII  
Juiz de Fora-Minas Gerais

### Dileno Dustan Lucas de Souza

Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade  
de Educação  
Juiz de Fora-Minas Gerais

### Darieli Daltrozo Ilha

Universidade Federal de Juiz de Fora, Colégio de  
Aplicação João XXIII  
Juiz de Fora-Minas Gerais

**RESUMO:** A história oral é um ramo da historiografia que cuida das dimensões vivas da história: as memórias. Pelo fato de centrar-se na memória humana, tem o testemunho vivo como método de sua concepção e a maneira com que a memória pessoal de um sujeito desvela aspectos do passado e dialoga com a coletividade. Neste artigo buscamos trazer reflexões produzidas pelo grupo de pesquisa ECUS- Educação, Culturas e Sustentabilidade/ UFJF no contexto de implementação de projetos de pesquisa e extensão e, ao longo do texto, abordamos aspectos históricos, teórico-metodológicos e procedimentos práticos no uso da metodologia da História Oral. Dessa forma, o artigo reafirma a contribuição da metodologia da história oral na produção do conhecimento

e também como forma de repensar a história tradicional.

**PALAVRAS CHAVE:** História Oral, Educação, Metodologia

**ABSTRACT:** Oral history is a field that studies the live dimensions of history: the memories. For having as its center the human memory, oral history has the live testimony as a conception method and the way that the personal memory of a subject unravels aspects of its past and dialogs with the collectivity. In this article we seek to bring reflections produced by the estudy group ECUS - Education, Culture and Sustainability/ UFJF in the context of implementation of research and extension projects and, throughout the text, we approach historical, theoretical, methodological aspects, as well as procedural practices in the use of the Oral History methodology. In that sense, the article reinforces the contribution of oral history's methodology in the production of knowledge and also as a form of rethink traditional history.

**KEY WORDS:** Oral History; Education; Methodology

### INTRODUÇÃO

Este artigo foi produzido a partir do projeto “Histórias de mulheres rurais sobre suas (in)

experiências: o que nos mostram suas memórias da infância e da escola” que foi desenvolvido pelo grupo de pesquisa ECUS- Educação, Culturas e Sustentabilidade/ UFJF e que busca enredar três temáticas: a questão das infâncias, da memória e das territorialidades tendo como ponto de partida as histórias de vida de mulheres idosas rurais. O presente artigo traz as reflexões que o grupo tem produzido procurando demonstrar a contribuição da metodologia da história oral na produção do conhecimento e também como forma de repensar a história tradicional, permitindo a valorização dos sujeitos entrevistados como sujeitos históricos, resgatando suas memórias assim como suas identidades individuais e/ou coletivas além de ampliar as possibilidades de análise em campos de estudo pouco explorados. Ao longo do texto abordamos aspectos históricos, teórico-metodológicos e procedimentos práticos no uso da metodologia da História Oral.

## UM POUCO DE HISTÓRIA

A história da História Oral não é uma narrativa única, aliás há controvérsias e discordâncias inclusive em relação ao uso do termo, mas seguindo nosso foco de ampliar as informações acerca da metodologia podemos situar, segundo Joutard (1996), quatro gerações de historiadores trabalhando com história oral. Dentro destas gerações, o autor identifica a presença de duas correntes, uma ligada a ciência política e outra mais próxima da antropologia. A primeira geração, surgiu nos Estados Unidos por volta dos anos 50 do século passado e estava ligada as ciências políticas. O objetivo desta geração era conseguir materiais para os historiadores futuros e para aqueles que se ocupariam de organizar biografias. As primeiras experiências denominadas de História Oral foram desenvolvidas na Universidade de Columbia, Nova York, após a II Guerra Mundial. (GRELE, 1996). O desenvolvimento da experiência deveu-se aos avanços tecnológicos, especificamente à criação do gravador e à necessidade de se conhecer as experiências vividas por ex-combatentes, familiares e vítimas da guerra, através dos relatos orais.

De início a história oral combinou três funções complementares: registrar relatos, divulgar experiências relevantes e estabelecer vínculos com o imediato urbano, promovendo assim um incentivo à história local e imediata (MEIHY, 1998, p.22).

A segunda geração, mais ligada a Antropologia e a Sociologia estava mais relacionada a cultura popular e apareceu na Itália no final da década de 1960. Para esta geração a história oral era uma “outra história”, que deveria dar voz aos “povos sem história”, os iletrados, vencidos, marginais e minorias. A contribuição que estas fontes representam para o estudo de grupos até então negligenciados nos documentos oficiais e por uma lógica de pesquisa que não os levava em consideração levou os historiadores que se interessavam pela história das chamadas minorias (imigrantes, trabalhadores, mulheres, crianças, idosos) a utilizar as fontes orais como uma possibilidade de reconstituição da trajetória destes grupos.

A terceira geração caracteriza-se pelos projetos coletivos com o uso de fontes orais tanto na corrente política quanto na antropológica, na América Latina, Europa e Estados Unidos a partir de 1975 quando iniciam os primeiros encontros sobre o tema propiciando uma reflexão mais ampla sobre os problemas epistemológicos e metodológicos do trabalho com fontes orais. Constitui-se aqui uma comunidade de historiadores que trabalham com fontes orais, em nível mundial, dentre eles, Paul Thompson na Inglaterra, Mercedes Vilanova na Espanha e Danièle Hanet na França. Na América Latina também houve um grande avanço da História Oral, no Equador, Bolívia e Nicarágua foram realizadas pesquisas orais sobre o mundo camponês, na Costa Rica a Escola de Planejamento e Promoção Social da Universidade Nacional lançou, em 1983, um projeto com o objetivo de tentar escrever a história do país, através da narrativa do povo (FERREIRA; FERNANDES & ALBERTI, 2000). No Brasil, assim como no restante da América Latina, o desenvolvimento da História Oral esteve relacionado ao processo de redemocratização (MEIHY, 2000, p17). As primeiras experiências com História Oral no Brasil podem ser identificadas nas iniciativas de preservação da memória cultural brasileira do Museu da Imagem e do Som (MIS) em São Paulo iniciada em 1971, nas atividades do Museu do Arquivo Histórico da Universidade Estadual de Londrina – Paraná em 1972 e do Laboratório de História Oral da Universidade Federal de Santa Catarina em 1975. A experiência mais bem-sucedida foi realizada pelo Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), criado em 1975, buscava através dos relatos orais “pensar e entender melhor o Brasil daquele período” (CAMARGO, 1999, p.23) e dispõe de um acervo com diversas entrevistas de personagens da história política contemporânea do país.

A quarta geração surge de 1990 em diante e se constitui por pesquisadores influenciados pela oralidade, provocando maior aceitação das fontes orais associado ao dinamismo e modernização das técnicas de trabalho, como os registros em vídeo e mais recentemente as tecnologias digitais. Nesse contexto, atualmente, o trabalho desenvolvido pelo Museu da Pessoa em São Paulo, criado em 1991, tem sido importante para tornar a história de cada pessoa valorizada pela sociedade. Divulgando campanhas como “Uma história pode mudar o seu jeito de ver o mundo”, o museu registra diferentes depoimentos sobre os mais diversos assuntos do passado e do presente e os socializa através de livros impressos, *sites* e de redes *online* como o *Youtube*. Para o Museu “a valorização das histórias das pessoas – contadas por elas mesmas registradas e socializadas pelos próprios grupos, comunidades e instituições – traduz uma forma de entender o que é, como se faz e para que serve a história” (HENRIQUES, s/d, p.6)

## CONHECENDO A HISTÓRIA ORAL

A história oral é um ramo da historiografia que cuida das dimensões vivas da história: as memórias. Pelo fato de centrar-se na memória humana, tem o testemunho vivo como método de sua concepção e a maneira com que a memória pessoal de um sujeito desvela aspectos do passado e dialoga com a coletividade. Propõe-se a resgatar as memórias individuais através de lembranças que estão concatenadas às suas vivências com o coletivo. Assim descreve Thompson:

[...] a história oral pode dar grande contribuição para o resgate da memória nacional, mostrando-se um método bastante promissor para a realização de pesquisa em diferentes áreas. É preciso preservar a memória física e espacial, como também descobrir e valorizar a memória do homem. A memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência dos fatos coletivos (THOMPSON, 1992: 17).

Transbordada pelo discurso dos sujeitos, a “memória viva” se materializa a partir das vivências do passado, portanto tem-se a aglutinação entre as memórias individuais e coletivas. Não há o que se falar, nesse caso, de uma história verdadeira no sentido científico que o conceito de verdade carrega, mas da relação do depoente com os aspectos pessoais e de sua percepção do real. História Oral é o registro das memórias pessoais de indivíduos que, ao focalizar sua história de vida, evidenciam também a histórias dos lugares e das experiências vivenciadas possibilitando também outras perspectivas sobre a dinâmica de funcionamento e da trajetória do grupo social ao qual pertence.

A memória é uma construção psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, que nunca é somente aquela do indivíduo, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional. (LE GOFF, 1992)

Mas a história Oral sofre críticas que, de modo geral, baseiam-se nos argumentos conduzidos por historiadores e historiadoras tradicionais, como: “a memória não é digna de crédito como fonte histórica, pois pode ser distorcida, influenciada por versões coletivas”. Estes argumentos seguem o princípio de que as fontes documentais escritas ou imagéticas são confiáveis, no entanto, estas fontes também podem ser questionadas quanto a sua seletividade e parcialidade. A fonte oral, por certo, não é um dado preciso, porém contém informações que muitas vezes não são encontradas em bases históricas, documentos, registros etc. A subjetividade da fonte oral é evidente, mas assim como apontado por Thompson, nenhuma fonte é livre de subjetividades, seja escrita, oral ou visual. E o autor vai além: “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história. [...] transformando os objetos de estudo em sujeitos” (THOMPSON, 1992: 137).

Dada toda essa carga subjetiva, a História Oral deve se ater a uma metodologia séria e a uma entrevista elaborada para conseguir trazer as expressões dos indivíduos por meio de suas memórias. Além disso, deve-se ter como aporte todo um aparato técnico para construção áudio-visual e de organização e transcrição das informações adquiridas.

Dada toda a complexidade do tema, a metodologia exige todo um método de trabalho que inclui modalidades de entrevistas e procedimentos que precisam ser seguidos e são de suma importância para a concretização e alcance dos resultados.

Segundo Garnica (2004) trata-se de uma metodologia qualitativa porque as pesquisas reconhecem a transitoriedade dos seus resultados, a impossibilidade de uma hipótese a priori, a não neutralidade do pesquisador, a possibilidade de reconfiguração dos pressupostos da pesquisa, impossibilidade de estabelecer procedimentos sistemáticos, prévios, estáticos e generalistas.

## **METODOLOGIA DE TRABALHO COM A HISTÓRIA ORAL**

Os relatos orais podem ser coletados através de entrevistas, rodas de conversas, das quais podem ser arquivados também documentos, fotografias, objetos que sejam portadores das memórias relatadas. É importante ressaltar que não são todas as entrevistas que podem ser consideradas como História Oral, há que se seguir um método para a obtenção desta e o foco principal são os depoimentos, ou seja, o entrevistado é quem decide o que contar e o fio das suas memórias é que dá o tom da narrativa.

A História Oral prescinde de um método que envolve o “antes”, o “durante” e o “depois” da entrevista que, em geral, segue os seguintes passos:

Anterior à entrevista é preciso buscar fontes privilegiadas de informações sobre o contexto e sujeitos privilegiados em relação ao tema/fato pesquisado. Faz-se necessária uma seleção minuciosa acerca dos entrevistados que tenham elementos capazes de contribuir para os resultados esperados da pesquisa. Em seguida, elaborar um plano de ação juntamente com a equipe de pesquisa, assim como definir os tipos de entrevistas desejadas sejam elas: temáticas, histórias de vida, rodas de histórias, linhas do tempo, dentre outros.

A respeito do roteiro a ser seguido pelas entrevistas, é preciso se atentar quanto à linguagem específica àquele conjunto de indivíduos a que são destinadas. Outro aspecto importante é a preparação dos materiais de registro como os termos de autorização de captação e uso de imagens, fichas de identificação do material e preparação dos equipamentos necessários como câmeras, microfones, gravadores etc.

Na História Oral o registro das entrevistas é o que transforma o depoimento em material de estudo e pesquisa, por isso, os equipamentos de captação de áudio e/ou vídeo necessitam de uma equipe para manuseio, além da realização de testes anteriores à entrevista para que não ocorram imprevistos.

Durante a entrevista é importante ter em mente que a História Oral prescinde de narrativas descritivas e, o quanto possível, objetivas. Por isso é necessário que o entrevistador faça perguntas que sirvam de guia para estimular o entrevistado e o

auxilie a encadear seus pensamentos de modo que a narrativa seja constante. É de suma importância que se tenha sensibilidade e flexibilidade diante do entrevistado para respeitar seu tempo, suas emoções e sentimentos uma vez que o trabalho com memórias é permeado por múltiplos significados. Indica-se fazer o uso de perguntas descritivas, avaliativas e diretas, dando fluidez à entrevista. A História Oral, diferente de um questionário ou interrogatório, é uma prática de interação entre duas ou mais partes – sendo de extrema importância que o (a) entrevistador (a) tenha uma postura de receptividade, curiosidade, respeito e humildade frente ao entrevistado uma vez que a narrativa em si é uma gama de informações preciosas a serem coletadas.

Após as entrevistas é preciso organizar e sistematizar os materiais coletados facilitando o trabalho posterior que é de edição e seleção dos materiais desejados com o cuidado de preservar o contexto em que se passava determinada fala, comentário, postura do entrevistado, entre outros.

A etapa seguinte é a de interpretação e análise das histórias, neste momento é preciso que a escolha dos depoimentos que serão analisados e/ou divulgados seja discutida e articulada coletivamente com os membros da equipe para que se atinja os objetivos propostos inicialmente. Finalmente, a etapa conclusiva é a de socializar as histórias registradas e organizadas, tornando o acervo disponível ao público e principalmente aos entrevistados como maiores interessados na pesquisa.

O enfoque dado por Thompson (1992) é que essa produção possa ser socializada em contextos diferentes e através de recursos diferentes: textos escritos, livros, programas de rádio, vídeos, documentários, conferências, e mais recentemente é comum a socialização em *sites* ou *blogs* da internet. Este material deve ser compartilhado primeiramente com os sujeitos que participaram da pesquisa, configurando-se também como ferramenta nas práticas cotidianas de rememoração do passado como forma de refletir sobre o presente.

Para a sistematização das entrevistas e posterior construção da escrita, podemos organizar as narrativas a partir de três enfoques: a narrativa da história de uma única vida, a coletânea de narrativas e a análise cruzada. As duas primeiras formas se inscrevem como tipos de biografia e a última abrange uma análise social mais ampla. O autor lembra que em todos os casos é essencial uma introdução que contextualize o local e os sujeitos das narrativas.

A narrativa da história de uma única vida é indicada quando se tem um informante que apresente memórias significativas, que justifiquem e respondam aos objetivos propostos em um determinado trabalho com História Oral. Em outros casos, pode-se utilizar uma narrativa individual para transmitir a história de uma comunidade, classe, ou ser um fio condutor ao se reconstruir uma série de eventos.

Já a coletânea de narrativas pode ser utilizada quando depoimentos isolados não tenham a riqueza ou complexidade para contemplar a totalidade de histórias dentro de um contexto. Assim justifica-se o agrupamento de narrativas por temas comuns possibilitando uma interpretação histórica mais ampla. Como exemplos desta análise

temática, o autor menciona um estudo sobre vida familiar onde diferentes relatos de pais e filhos de uma mesma família são reunidos em uma só descrição multidimensional. Da mesma forma, ao retratar uma comunidade ou outro grupo social pode-se buscar relatos de um grupo de diferentes pessoas que os compõem. Outra possibilidade é organizar uma coletânea de vida completa de diferentes sujeitos que fazem parte de um só grupo social ou organizadas em torno de uma temática.

Na análise cruzada a evidência oral, considerada como fonte de informações, é construída por meio da comparação de narrativas podendo ser associada a evidências provenientes de outras fontes documentais ou imagéticas, por exemplo. “A evidência oral pode ser avaliada, julgada, comparada e citada paralelamente ao material de outras fontes” (p. 305). A diferença está no tipo diferenciado de experiência presente nessa construção: o papel de cada sujeito da pesquisa/informante como participante ativo na construção tanto de saberes como da história.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O caminho que percorremos até este momento e as análises realizadas apontam para a potencialidade e diversidade da História Oral, tanto no que diz respeito aos campos de estudo que dela fazem uso quanto às concepções que a embasam. De modo geral, podemos afirmar que, para além das divergências e debates, a História Oral como metodologia de pesquisa possibilita abordar temáticas pouco acessíveis por meio de outras fontes, estimula a discussão interdisciplinar e explicita um novo modo de fazer ciência, em que a escrita narrativa se faz presente, e na qual os sujeitos-pesquisadores e os sujeitos-pesquisados alternam-se mutuamente na difícil tarefa de produção do conhecimento.

Além disso, na experiência específica do grupo de pesquisa o uso da metodologia da História Oral tem se apresentado como uma possibilidade muito frutífera de realizar pesquisas junto aos grupos pouco ou nada escolarizados que nos trazem informações valiosas e que, como resultado não menos valioso, se sentem empoderados ao socializarem e terem suas histórias ouvidas e sistematizadas. Nesse sentido, resgatar as memórias das mulheres nos permite trazer à tona aspectos históricos e sociológicos de suas vivências e dar vida a um passado que adormeceria e que possivelmente não seria perpetuado pela comunidade na qual se inserem.

A História Oral como método de resgate das histórias por meio da visão dos entrevistados e das entrevistadas é um instrumento de valorização dos aspectos culturais e de construção da identidade desses indivíduos. Desse modo, afirmamos a importância e a relevância do trabalho com a história de vida de indivíduos negligenciados da seletividade científica da historiografia, trazendo ao domínio social os registros das suas vivências, traduzindo as memórias individuais como parte da história da sociedade, da memória coletiva e por meio da metodologia desenvolvida

através da História Oral.

## REFERÊNCIAS

CAMARGO, A.; D'ARAÚJO, C. Como a história oral chegou ao Brasil, (entrevista). **História oral**. Rio de Janeiro, v. 2, n.4, p.167-179, 1999.

FERREIRA, M.M.; FERNANDES, T.M.; ALBERTI, V. (org.). **História oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2000. 204 p.

GARNICA, A. V. M.. História Oral e Educação Matemática. In: ARAUJO, J. L., BORBA, M. C. (orgs.) **Pesquisa Qualitativa em Educação Matemática**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GRELE, R. J. Pode-se confiar em alguém com mais de 30 anos? Uma crítica construtiva a história oral. In: AMADO, J.; FERREIRA, M.M. **Usos & abusos da história oral**. 4. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 267-277.

HENRIQUES, Rosali. **Metodologia de história oral - A experiência do Museu da Pessoa**. 40p. (Apostila)

JOUTARD, Philippe. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: AMADO, Janaina e FERREIRA, Madeta de Moraes (Coord.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 43-62.

LE GOFF, J. **História e memória**. 2. ed. Campinas, SP: UNICAMP, 1992.

MATOS, Silveira Júlia. DE SENNA, Adriana Kivanski. **História Oral como fonte: problemas e métodos**. Rio Grande: Historie, 2011.

MEIHY, J.C.S.B. (Org). **(Re)introduzindo a história oral no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1996. p.1-10.

\_\_\_\_\_. **Manual de História Oral**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1998. 86 p.

MEIHY, J.C.S.B.; HOLANDA, F. História oral: Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-7247-094-0

